

## ANEXO 26

GERAIS

N.º Pedido: ENT-CMV/2022/31076 .....	3
Identificação – 79 .....	3
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/35185 .....	4
Identificação – 307 .....	4
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/35193 .....	5
Identificação – 308 .....	5
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/35197 .....	6
Identificação – 309 .....	6
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/35203 .....	7
Identificação – 310 .....	7
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/35897 .....	8
Identificação – 533 .....	8
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/35965 .....	10
Identificação – 556 .....	10
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/36347 .....	11
Identificação – 721 .....	11
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/36387 .....	13
Identificação – 736 .....	13
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/36421 .....	14
Identificação – 751 .....	14
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/37381 .....	15
Identificação – 991 e 1118 .....	15
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/37248 .....	16
Identificação – 1097 .....	16
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/37311 .....	17
Identificação – 1108 .....	17
N.º Pedido: ENT-CMV/2022/36625 e INT-CMV/2022/610 .....	19
Identificação – 1123; 1124 .....	19

<b>Subscritor</b> - Ana Patrícia Quintela Almeida	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/31076 Identificação – 79 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<p><b>Teor da participação:</b></p> <p>No artigo 42.º do Regulamento da aPDMV definem-se parâmetros de edificabilidade para “edificação para habitação do agricultor”, mas não é feita referência à possibilidade de construção de anexos afetos à edificação (como acontece no artigo 46.º referente aos espaços florestais – onde os anexos são incluídos na área de construção máxima referente à edificação para habitação do agricultor).</p> <p>Anexos são essenciais para toda a atividade agrícola para armazenamento de produtos e máquinas.</p> <p>Solicita-se possibilidade de construção de anexos em coexistência com a habitação do agricultor.</p>	
<p><b>Ponderação:</b></p> <p>Não se introduziram alterações significativas na regulamentação relativa ao solo rústico.</p> <p>Não obstante, a regulamentação existente permite o pretendido.</p>	
<p><b>Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:</b></p> <p>Não são introduzidas alterações decorrentes desta participação.</p>	

<b>Subscritor</b> - Paulo Alexandre Ramos de Figueiredo Soares	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/35185 Identificação – 307 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<b>Teor da participação:</b>  Considerar nova servidão aeronáutica do aeródromo já aprovada por deliberação do executivo e pela assembleia municipal.	
<b>Ponderação:</b>  Proposta justifica alteração pontual no Regulamento, na Planta de Ordenamento e na Planta de Ordenamento Outras Condicionantes.	
<b>Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:</b>  Alteração das Plantas de Ordenamento e de Ordenamento Outras Condicionantes em conformidade com servidão aprovada pelo executivo e pela assembleia municipal.  Alterações pontuais no regulamento: <ul style="list-style-type: none"> <li>– O número 1 do Artigo 19.º-A passa a ser:  <i>“A zona de proteção aeronáutica do aeródromo municipal está assinalada na Planta de Ordenamento – Outras Condicionantes.”</i></li> <li>– O Artigo 62.º-A passa a ser:  <i>“É assinalada na Planta de Ordenamento a área afeta ao Aeródromo Municipal.”</i></li> </ul>	

<b>Subscritor</b> - Paulo Alexandre Ramos de Figueiredo Soares	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/35193 Identificação – 308 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<p><b>Teor da participação:</b></p> <p>No número 3 do artigo 19.º-A refere-se que a “Radio-Ajuda (VOR/DME) da ANA, EP...” . A rádio não é da ANA EP, mas sim da NAV Portugal, estando classificada como infraestrutura critica nacional.</p> <p>Deveria ser objeto de artigo autónomo (proteção radioelétrica extravasa domínios da servidão do aeródromo, onde se localiza) e não está representada em nenhuma Planta de Condicionantes.</p>	
<p><b>Ponderação:</b></p> <p>Proposta justifica alteração pontual no Regulamento e na Planta de Ordenamento Outras Condicionantes.</p>	
<p><b>Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:</b></p> <p>Alteração da Planta de Ordenamento Outras Condicionantes integrando respetiva servidão.</p> <p>Alterações pontuais no regulamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– O número 3 do Artigo 19.º-A passa a ser:  <i>“A Rádio-Ajuda (VOR/DME) da NAV Portugal (...);”</i></li> </ul>	

<b>Subscritor</b> - Paulo Alexandre Ramos de Figueiredo Soares	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/35197 Identificação – 309 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<b>Teor da participação:</b>  Propõe acautelar a salvaguarda e a operacionalidade do heliporto do Hospital de S. Teotónio. Para o efeito propõe criar artigo no regulamento e na planta de condicionantes.	
<b>Ponderação:</b>  Tratando-se de uma alteração ao PDMV – trata-se de um procedimento de alteração ao PDMV com objetivos limitados ( <i>adequação da classificação do solo ao novo quadro legal</i> ) – tais disposições não foram objeto de novas abordagens. No entanto, dada a importância da temática, a proposta apresentada justifica alteração pontual no Regulamento e na Planta de Ordenamento – Outras Condicionantes.	
<b>Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:</b>  Assinalar na Planta de Ordenamento Outras Condicionantes a área de proteção ao heliporto do hospital.  No Regulamento introduzir artigo “Heliporto e Zonas de Proteção” com a seguinte redação: Artigo 19.º-G <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Enquanto não for publicada a respetiva servidão aeronáutica e tendo como objetivo a obtenção de um nível adequado de segurança na vizinhança imediata da infraestrutura aeronáutica relacionadas com a aterragem e a descolagem, bem como a proteção e segurança de pessoas e bens à superfície nessas mesmas áreas, são definidas as zonas de proteção identificadas na Planta de Ordenamento Outras Condicionantes.</li> <li>2. Nas zonas de proteção referidas no número anterior ficam sujeitos a parecer da autoridade aeronáutica e do Município, sendo este último vinculativo, o licenciamento ou a autorização dos seguintes trabalhos e atividades: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) A construção ou reconstrução de edifícios, de postes, torres de telecomunicações, linhas aéreas de energia, independentemente das suas altitudes, a instalação de equipamentos ou de obras de urbanização e demais construções localizadas acima da cota do terreno natural;</li> <li>b) A arborização ou rearborização;</li> <li>c) O lançamento para o ar de projéteis ou outros objetos suscetíveis de pôr em risco a segurança aeronáutica, bem como o lançamento de fogo-de-artifício, a projeção de luzes, a emissão de raios laser e outros, ou ainda produzir poeiras ou fumos suscetíveis de alterar as condições de visibilidade e as operações aéreas.</li> </ol> </li> <li>3. As intervenções definidas no número anterior devem garantir que as superfícies de aproximação e descolagem se mantêm livres de obstáculos físicos, sonoro ou visuais e não são afetadas por interferência nas comunicações ou alterações das condições de visibilidade.</li> <li>4. As superfícies de aproximação e descolagem, referidas no número anterior, são superfícies com uma inclinação positiva de 4,5 %, a partir do limite da área de segurança do heliporto, e com uma extensão de 3386 m. Os seus limites laterais iniciam-se a uma largura igual à da área de segurança do heliporto e divergem 15% para o exterior até atingirem uma largura de 200 m, sendo paralelos a partir desse ponto.</li> <li>5. A servidão do heliporto, após instituída, passa a integrar automaticamente a Planta de Condicionantes, constituindo deste modo servidão administrativa eficaz.</li> </ol>	

<b>Subscritor</b> - Paulo Alexandre Ramos de Figueiredo Soares	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/35203 Identificação – 310 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<b>Teor da participação:</b>  Questiona-se ausência de estudos sobre a localização da futura estação ferroviária que considerem uma maior proximidade ao aeródromo (condições de intermodalidade saem sacrificadas).	
<b>Ponderação:</b>  Trata-se de uma alteração ao PDMV – é um procedimento com objetivos limitados (centrado sobretudo na <i>adequação da classificação do solo ao novo quadro legal</i> ). Ainda assim, pela importância atribuída ao transporte ferroviário para o município de Viseu, optou-se por analisar os corredores já acordados com a tutela em 2013 (é um sistema de escala nacional – traçado não pode ser municipalizado), avaliar as melhores condições topográficas, de ocupação existente e de mobilidade e ordenamento (pretende-se aproximar o mais possível a estação da cidade) e fixar desde já o corredor e a consequente localização da estação (não o fazer seria uma irresponsabilidade técnica e política).	
<b>Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:</b> Não são introduzidas alterações decorrentes desta participação.	

<b>Subscritor</b> - António Carlos Gomes Tomás da Costa	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/35897 Identificação – 533 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<p><b>Teor da participação:</b></p> <p>Proposta 1 (rede viária):  A malha viária do concelho de Viseu, composta por radiais e circulares, foi planeada originalmente há cerca de 8 décadas. Numa altura em que não havia recursos para a materializar nem demografia que o justificasse. Planeou-se e foi-se "cumprindo" ao longo do tempo. As suas virtudes são conhecidas, e a fluidez de trânsito automóvel em Viseu não tem paralelo em qualquer outra cidade. Seria desejável que não se desvirtuasse o modelo, mantendo para as gerações futuras o mesmo planeamento virtuoso que as gerações passadas nos legaram e de que usufruímos hoje.</p> <p>Proposta 2 (atividades económicas):  Os investidores não encontram em Viseu a disponibilidade de solo adequado para novas instalações/investimentos no sector produtivo. Analisada a proposta de PDM em discussão, julga-se pertinente a reclassificação de algumas zonas para Atividades Económicas, como sejam:  EN 231- Reta de Oliveira de Barreiros onde temos já a Beiragel, BeiraAdubos, Coziform, CEPSA, Serração de Granitos e Oficinas Auto.  EN229 - entre a rotunda de Nespereira e a ZI Mundão, em ambos os lados da EN, salvaguardando e protegendo a envolvente da escola.  Rua dos Carris - Cavernães - em toda a sua extensão e tanto do lado Nascente como Poente.  Avenida Caminho de Santiago - Lado Nascente e Poente.  EN2-Av Luis Martins- Em ambas as margens, desde a rotunda do LIDL até ao viaduto sobre a A25.  Fragosela- Na área adjacente à A25 a Sul e Norte, entre a zona do Retail Park e a IAC.  À margem do ex-IP5 entre o nó da A25 (Vila Chã do Monte) e o de Pascoal, salvaguardando as zonas de Reserva Ecológica.</p> <p>Proposta 3 (acerto cadastral):  Certo que não pode este PDM nem nenhum outro ver as suas propostas perfeitamente ajustadas ao cadastro das propriedades sobre as quais versa. Como tal, é desejável que exista uma ferramenta como a que o atual PDM tem no seu artigo 65º por forma a que se possibilitem ajustes cadastrais que decerto ajudarão a melhor organizar a malha urbana.</p> <p>Proposta 4:  Metodologia de cálculo da área de construção em Espaços Urbanos de Baixa densidade: O método proposto (proporcional à frente da parcela), poderá vir a ser demasiado discricionário, sendo quicá demasiado generoso para propriedades com frentes extensas, e demasiado penalizador para terrenos com frentes diminutas mesmo que tenham muita área. Conhecendo minimamente a tipologia do cadastro do concelho, seria desejável prever um método misto que conjugue frente e área da propriedade.</p>	
<p><b>Ponderação:</b></p> <p>Proposta 1:  Concorda-se com o referido relativamente à malha viária que estrutura a cidade.  A alteração introduzida é para viabilizar a 2ª circular de Viseu articulando a ocupação prevista.</p> <p>Proposta 2:  Subscrevendo parte do enquadramento apresentado pelo requerente, foi utilizado na delimitação das áreas destinadas a atividades económicas um critério que, cumprindo a Lei, procurou abranger o máximo possível de áreas. Note-se que as áreas delimitadas poderão até ser consideradas como ultrapassando o previsto na Lei, o que aliás implicou uma concertação difícil com a CCDRC.</p> <p>Proposta 3:  Considerando a utilidade de na prática serem aprofundadas as orientações do Plano, mas evitando um recurso generalizado ao aumento do solo urbano, acrescenta-se um novo número no Artigo 1.º com o seguinte teor:  “(…)</p>	



*5. A interpretação técnica referida no número anterior relativa à delimitação em Planta de Ordenamento das diversas classes e categorias de solo, deverá assentar em análise pormenorizada do local, considerando o seu enquadramento biofísico e paisagístico, o cadastro e a ocupação envolvente.”*

Proposta 4:

Os indicadores clássicos que referenciam a construção à área da propriedade (e se revelam adequados para aplicação generalizada a tecidos urbanos consolidados) não se ajustam à realidade dispersa (onde se pretende qualificar uma ocupação híbrida urbano/rural, reportada a infraestrutura marginal e maioritariamente constituída por prédios com edificação e utilização agrícola).

Importa ainda sublinhar que a proposta contempla sempre uma edificabilidade mínima de 250 m<sup>2</sup> em prédio com frente ≥ 12m e área ≥ 800 m<sup>2</sup>.

**Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:**

Alteração pontual do regulamento: acrescenta-se um novo número no Artigo 1.º com o seguinte teor:

“(…)

*5. A interpretação técnica referida no número anterior relativa à delimitação em Planta de Ordenamento das diversas classes e categorias de solo, deverá assentar em análise pormenorizada do local, considerando o seu enquadramento biofísico e paisagístico, o cadastro e a ocupação envolvente.”*

<b>Subscritor</b> – António Amaral dos Santos	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/35965 Identificação – 556 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<b>Teor da participação:</b>  Proposta 1: Deveriam rever (aumentando em área disponível) as Zonas destinada a atividades Económicas, preparando a cidade para o futuro neste aspeto  Proposta 2: Manter a possibilidade do acerto Cadastral -Num Município onde o terreno é caracterizado pelo Minifúndio, é certo que as classes de espaços não estejam ajustadas á realidade do limite cadastral. Assim, seria benéfico manter a possibilidade de acerto de Limites das Classes ou Subclasses de espaço, conforme se encontra estabelecido no art.º 65.º do atual PDMV.	
<b>Ponderação:</b>  Proposta 1: Subscrevendo parte do enquadramento apresentado pelo requerente, foi utilizado na delimitação das áreas destinadas a atividades económicas um critério que, cumprindo a Lei, procurou abranger o máximo possível de áreas. Note-se que as áreas delimitadas poderão até ser consideradas como ultrapassando o previsto na Lei, o que aliás implicou uma concertação difícil com a CCDRC.  Proposta 2: Considerando a utilidade de na prática serem aprofundadas as orientações do Plano, mas evitando um recurso generalizado ao aumento do solo urbano, acrescenta-se um novo número no Artigo 1.º com o seguinte teor: “(…) 5. A interpretação técnica referida no número anterior relativa à delimitação em Planta de Ordenamento das diversas classes e categorias de solo, deverá assentar em análise pormenorizada do local, considerando o seu enquadramento biofísico e paisagístico, o cadastro e a ocupação envolvente.”	
<b>Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:</b>  Alteração pontual do regulamento: acrescenta-se um novo número no Artigo 1.º com o seguinte teor: “(…) 5. A interpretação técnica referida no número anterior relativa à delimitação em Planta de Ordenamento das diversas classes e categorias de solo, deverá assentar em análise pormenorizada do local, considerando o seu enquadramento biofísico e paisagístico, o cadastro e a ocupação envolvente.”	

<b>Subscritor</b> - Jorge Manuel Marques Pinto	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/36347 Identificação – 721 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<p><b>Teor da participação:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Questiona-se tratar de uma alteração e não de uma revisão do PDMV face às mudanças introduzidas.</li> <li>2. Há alteração da rede viária que suportou crescimento e operações urbanísticas de dimensão relevante (pergunta-se especificamente o que acontece a terrenos já cedidos para construção de vias anteriormente previstas).</li> <li>3. Introduzem-se novos conceitos e definições urbanísticas que permitam soluções desenquadradas do meio onde se inserem.</li> <li>4. Não há limitação da área de construção de anexos ou barracões (PDM anterior limitava a 5% da área do prédio a construção de anexos e a 3m a altura do beirado do telhado).</li> <li>5. Não há limitação do número de fogos a edificar numa determinada área de construção (pode ter implicações no dimensionamento das infraestruturas).</li> <li>6. Limitação do número máximo de 6 pisos pode impedir soluções urbanísticas integradoras e consentâneas com soluções de qualidade (que marquem um local).</li> <li>7. Critérios para definir solo com potencialidade construtiva devem ser mais claros.</li> <li>8. Avenida Manuel Abreu Lameira não permite urbanizar, o que é desaproveitar investimento feito e o potencial da zona.</li> <li>9. Forte limitação de zonas para atividade de armazenagem (designadas como A1).</li> <li>10. Planta de infraestruturas não espelha a realidade.</li> <li>11. Nos espaços urbanos de baixa densidade as disposições regulamentares propostas inviabilizam construções de idêntica morfologia ao existente – deveria ser possível construir moradias bifamiliares, armazéns e pequenos comércios ou serviços.</li> <li>12. Nas Plantas das zonas mistas, sensíveis e ruidosas não foram tidas em conta diversos equipamentos escolares, o Hospital, a casa de Saúde de São Mateus e é definida como zona ruidosa a área em frente ao retail park que tem um equipamento ligado à saúde.</li> <li>13. Importa manter mancha verde no interior da cidade, em particular a Quinta do Serrado.</li> </ol>	
<p><b>Ponderação:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O conteúdo da alteração está identificado no Relatório de fundamentação da alteração, sendo que as principais alterações correspondem a imperativo legal.</li> <li>2. As cedências que tenham ocorrido para espaço público, assim se manterão, se para tal forem úteis. Caso não o sejam, podem reverter para o proprietário que tiver feito a cedência.</li> <li>3. Não tanto os conceitos, mas os processos de execução previstos, procuram compatibilizar direitos e rigor com flexibilidade, o que nalguns casos exige de facto, a utilização da discricionariedade municipal legalmente prevista para, ao contrário do referido, assegurar soluções bem enquadradas no meio onde se inserem.</li> <li>4. Há limitações para a totalidade da edificação, o que se afigura suficiente.</li> <li>5. Há limitações para a totalidade da edificação, o que se afigura suficiente.</li> <li>6. Como referido no número 3 anterior, soluções não especulativas, bem enquadradas e a que se reconheça inequívoca qualidade sempre poderão ser admitidas (Artigo 68.º B e seguintes).</li> <li>7. Na elaboração da proposta de alteração ao PDMV e, agora, na ponderação das participações, utilizaram-se critérios e modelos bastante rigorosos que articularam presença de edificabilidade com grau de infraestruturização. Ainda, para enquadrar a grande diversidade de situações e evitar o desperdício de infraestruturas/investimentos já existentes, consideraram-se as categorias de urbano mais tradicional e ainda a de híbridos urbano-rurais (UBD e AED) que assumem expressão significativa.</li> <li>8. A via integral circular à cidade que visa tráfego de distribuição e atravessamento pelo que se não deve admitir construção marginal – não corresponde a infraestrutura que sirva diretamente uma urbanização (é uma infraestrutura geral). O sul da Avenida Manuel Abreu Lameira não está infraestruturado, pelo que não pode ser classificado como solo urbano.</li> <li>9. Foi utilizado na delimitação das áreas destinadas a atividades económicas um critério que, cumprindo a Lei, procurou abranger o máximo possível de áreas. Note-se que as áreas delimitadas poderão até ser consideradas como ultrapassando o previsto na Lei, o que aliás implicou uma concertação difícil com a CCDRC.</li> <li>10. Planta de infraestruturas utilizada foi a fornecida pelos SMAS. Verificou-se que de facto não estava totalmente atualizada. Entretanto já foi objeto de atualização pelos SMAS, o que permitiu introduzir as correções justificáveis neste processo de participação.</li> <li>11. O UBD corresponde como se referiu a um híbrido urbano-rural que como tal se pretende manter. A edificabilidade permitida compagina-se com a existente no local, evitando apenas a densificação excessiva desajustada ao conceito legalmente estabelecido. Permite, aliás, todos os usos referidos exceto o bifamiliar.</li> </ol>	

- |   |
|---|
| <p>12. Relativamente às questões do ruído, não foi feita qualquer alteração àquela planta, face ao PDM de 2013, apenas foram feitos os ajustamentos de perímetro urbano, pelo que, não será neste procedimento que são introduzidas alterações – trata-se de uma alteração ao PDMV.</p> <p>13. Concorda-se em absoluto com o referido. O verde na cidade sai claramente reforçado nesta aPDMV como se pode comprovar comparando Plantas de Ordenamento. Também a Quinta do Serrado, se deve manter como predominantemente verde e aberta à população.</p> |
| <p><b>Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:</b><br/>Não são introduzidas alterações decorrentes desta participação.</p>  |

<b>Subscritor</b> - José Alexandre Pereira Carvalho	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/36387 Identificação – 736 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<p><b>Teor da participação:</b></p> <p>Proposta 1: Pouco rigor nas bases cartográficas utilizadas.</p> <p>Proposta 2: Houve revisão da RAN ao contrário do que foi dito em sessões públicas – esclarecimento.</p> <p>Proposta 3: Ocorrência pontual de edifícios multifamiliares em H2.</p> <p>Proposta 4: Rever regime de edificabilidade nas áreas de edificação dispersa (AED).</p>	
<p><b>Ponderação:</b></p> <p>Proposta 1: Conforme imposição legal, esta Alteração ao PDM de Viseu (aPDMV) reporta-se a uma base cartográfica atualizada, devidamente homologada pela DGT.</p> <p>Proposta 2: Importa sublinhar que: não há lugar no presente procedimento de alteração ao PDMV a uma revisão desta servidão (o procedimento é de alteração com objetivos limitados). As poucas propostas de exclusão da RAN concertadas com a DRAPC incidiram exclusivamente sobre pequenas áreas já edificadas ou à colmatação da estrutura viária, e mesmo estas ainda terão de ter desenvolvimento processual específico e independente do processo em curso de aPDMV.</p> <p>Proposta 3: A edificabilidade proposta para H2 assenta no reconhecimento das características morfológicas dominantes na zona, respeitando o existente. Ocorrências pontuais de outro tipo não prejudicam significativamente a opção.</p> <p>Proposta 4: O regime de edificabilidade proposto (assente em investigação aprofundada sobre o tema e publicada pela DGT) parece ajustado a manter nas AED a ocupação urbana/rural, com: defesa e reforço da sua função agrícola; contenção e disciplina da fragmentação fundiária e edificatória, mas aproveitando e rentabilizando sempre que possível a infraestrutura já instalada.</p>	
<p><b>Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:</b> Não são introduzidas alterações decorrentes desta participação.</p>	

<b>Subscritor</b> - José Manuel Henriques Mota de Faria	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/36421 Identificação – 751 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<b>Teor da participação:</b>  Redação do artigo 90.º-O pode ser melhorada: é vaga, desequilibrada, desrespeita propriedade privada e entre outras insuficiências, ameaça princípio da transparência.	
<b>Ponderação:</b>  O artigo em causa mais não faz do que reproduzir o estabelecido no RJGT (artigos 159.º e 167.º do DL 80/2015).	
<b>Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:</b> Não são introduzidas alterações decorrentes desta participação.	

<b>Subscritor</b> – Gabinete Técnico Florestal	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/37381 Identificação – 991 e 1118 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<p><b>Teor da participação:</b></p> <p>Apresentaram contributos ao nível do solo urbano que se encontra adjacente a espaço florestal e ainda solo que embora classificado como urbano esteja ocupado por floresta e identificam várias preocupações operacionais decorrentes dessas situações.</p> <p>Alertam ainda para a necessidade de integração do Estudo de Identificação e Caracterização de Riscos para o Município de Viseu.</p>	
<p><b>Ponderação:</b></p> <p>Decorreu reunião de concertação interna entre a DPT e o GTF e Proteção civil no dia 03/01/2023, onde foram apresentados e explicados os contributos. A DPT ficou de ponderar a intervenção daqueles serviços em sede de alteração do PDMV, tendo-se concluído, à posteriori, junto da UEST, que no âmbito do presente procedimento e tendo em conta o âmbito do PDM, aqueles contributos deverão ser acautelados através de instrumento específico, como o PMDFCI.</p> <p>No âmbito do procedimento de Revisão do PDMV haverá possibilidade de integração de parte das questões, nomeadamente ao nível regulamentar.</p>	
<p><b>Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:</b></p> <p>Não são introduzidas alterações decorrentes desta participação.</p>	

<b>Subscritor</b> – Américo Fernando de Sousa Marques	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/37248 Identificação – 1097 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<b>Teor da participação:</b> Área parcialmente em Espaço Habitacional H2 e Rústico na proposta de aPDMV.	
<b>Ponderação:</b> Não apresenta ficha de participação. Não é possível localizar o local da pretensão.	
<b>Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:</b> Não são introduzidas alterações decorrentes desta participação.	



<b>Subscritor</b> - Diana Ettner (em representação da CELPA - Associação da Indústria Papeleira)	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/37311 Identificação – 1108 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<p><b>Teor da participação:</b></p> <p>Proposta 1: Substituição da referência a “Plano Regional de Ordenamento Florestal” por “Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral”</p> <p>Proposta 2: Eliminação do preceito em apreço do Regulamento ( b) do n.º 1 do artigo 24.º do PDM determina a proibição de ações de «instalação de povoamentos florestais de crescimento rápido [...]» na estrutura ecológica municipal), na medida em que o regime relevante é apenas o expressamente previsto na lei: neste caso, no RJAAR.</p> <p>Proposta 3: Revisão integral do n.º 1 do artigo 43º do Regulamento – propõe-se: “1 – Os espaços florestais correspondem aos terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional, nos quais devem ser implementadas e desenvolvidas as funções gerais definidas no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral para cada uma das respetivas sub-regiões homogéneas, e realizadas ações de acordo com as orientações constantes das correspondentes normas de intervenção e modelos de silvicultura”.</p> <p>Proposta 4: Sem prejuízo da remissão geral efetuada pelo novo artigo 91.º-A do Regulamento, sugere-se a eliminação do preceito no n.º 6 do artigo 43.º (o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho foi revogado e substituído pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, que estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (o “SGIFR”) regulando, designadamente, os condicionalismos aplicáveis à edificação nos territórios correspondentes às classes de perigosidade «alta» e «muito alta»), na medida em que os constrangimentos aplicáveis à edificação nas zonas relevantes são os expressamente previstos na lei.</p> <p>Proposta 5: Sem prejuízo da remissão geral efetuada pelo novo artigo 91.º-A do Regulamento, sugere-se a substituição da referência ao “Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral” constante do n.º 1 do artigo 48.º por “Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral”</p> <p>Proposta 6: A alínea c) do n.º 1 do artigo 60.º do Regulamento, aditado pela Proposta de Regulamento, determina a proibição de “usos florestais com espécies de crescimento rápido” em áreas de edificação dispersa. A proibição em apreço afigura-se, contudo, excessiva face ao quadro legal que regula tanto as ações de arborização e rearboreção como a proteção do edificado. Por um lado, como já se disse, as restrições aplicáveis em matéria de plantação de espécies florestais são as constantes do RJAAR, do qual não resulta nenhuma disposição semelhante à prevista do artigo 60.º. Por outro lado, o SGIFR, já define, como vimos, os condicionamentos aplicáveis à edificação em solos rurais. Ora, o Município, enquanto parte integrante da Administração, deve pautar a sua conduta pela observância do princípio da legalidade, designadamente na sua vertente de precedência de lei. De onde se retira, que, na falta de base legal que sustente a norma regulamentar que ora se invoca, a mesma corre o risco de ser considerada inválida. Face ao exposto, propõe-se a eliminação do preceito em apreço do Regulamento, na medida em que o regime aplicável é o constante do RJAAR e o do SGIFR.</p>	
<p><b>Ponderação:</b></p> <p>Artigo 91.º-A resolve questões base levantadas: <i>“Quando a legislação em vigor mencionada neste regulamento ou denominações de entidades forem alteradas, as remissões expressas que para elas se fazem, consideram-se automaticamente reconduzidas para a nova legislação ou novas denominações ou, caso se trate de revogação ou extinção, deixarão de ter efeito.”</i></p> <p>Presente alteração do PDMV, com objetivos limitados, não incide sobre solo rústico (alterações introduzidas são pontuais e visam mera simplificação/clarificação do texto).</p>	

Como consta do Relatório que fundamenta a alteração: *“No demais, estando em causa uma alteração com objetivos bem definidos (e não uma revisão), a modificação do Regulamento não visou a alteração da sua sistemática (que, reconhece-se, é complexa e nem sempre ajustada). Sem prejuízo deste facto, foi necessário afinar o Regulamento, procedendo a alguns ajustes meramente formais, introduzindo alterações a artigos onde as mesmas se justificam, revogando outros, designadamente aqueles que estavam em desconformidade com a lei (como é o caso dos relativos à classificação e qualificação dos solos) e procedendo ao aditamento de novos normativos, devidamente identificados por letras, de forma a não alterar a numeração original do PDMV (precisamente por estar em causa uma alteração e não uma revisão deste instrumento de planeamento). De todo o modo, foram introduzidas modificações pontuais na sistemática, ordenando de forma distinta algumas matérias, numa lógica de melhorar a leitura e aplicação do Regulamento.”*

**Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:**

Não são introduzidas alterações decorrentes desta participação.

<b>Subscritor - SMAS</b>	N.º Pedido: ENT-CMV/2022/36625 e INT-CMV/2022/610 Identificação – 1123; 1124 Freguesia: <i>sem identificação</i>
<b>Teor da participação:</b>  Proposta 1: Atualizar referência ao regulamento do Serviço de Distribuição de Água do Concelho de Viseu.  Proposta 2: Atualizar referência ao regulamento de Drenagem de águas residuais.  Proposta 3: Retirar do artigo 19.º-B a expressão “delimitada por vedação” por não ser viável. Corrigir em conformidade a alínea b) do n.º 2.  Proposta 4: Atualização pontual da Planta de Infraestruturas.	
<b>Ponderação:</b>  Proposta 1: Artigo 91.º-A proposto resolve questão levantada.  Proposta 2: Artigo 91.º-A proposto resolve questão levantada.  Proposta 3: A proposta apresentada justifica alteração pontual no Regulamento conforme sugerido pelos SMAS.  Proposta 4: A proposta apresentada justifica alteração pontual da Planta de Infraestruturas.	
<b>Efeito na proposta de Alteração ao PDMV – proposta de decisão:</b>  Artigo 19.º-B passa a ter a seguinte redação: 1. (...) 2. Na vizinhança das captações de Mundão e Muna são estabelecidos dois tipos de proteção, de modo a evitar, ou pelo menos reduzir, os riscos de contaminação da água captada: a) Uma faixa de proteção, com um raio de 50 m em torno da captação, onde é interdita qualquer construção, a entrada de animais ou pessoas estranhas ao serviço, à exceção do estritamente necessário de apoio à captação. Dentro desta faixa não devem existir depressões onde se possam acumular águas pluviais, linhas de água não revestidas que possam originar infiltrações, fossas ou sumidouros de águas negras, habitações, instalações industriais, culturas adubadas qualquer que seja a sua proveniência, química ou natural; b) Na restante faixa de proteção, delimitada na planta de condicionantes, onde é interdita qualquer construção, não devem existir sumidouros de águas negras abertos na camada aquífera captada, estações de fornecimento de combustíveis, captações na mesma formação aquífera, rega com águas negras e atividades poluentes. 3. (...) 4. (...) 5. (...) Alteração/atualização pontual da Planta de Infraestruturas conforme informação dos SMAS.	